



Resenhas

## Ensino Religioso na Escola Pública: histórias e memórias

Thiago Rodrigues Moreira\*

CASTRO, Raimundo Márcio de. **Ensino Religioso na Escola Pública: histórias e memórias**. São Paulo: Fonte Editorial, 2014.

Raimundo Márcio de Castro produz em sua obra as histórias e memórias do ensino religioso, sob o enfoque de sua autobiografia, destacando suas experiências vivenciadas na infância, adolescência e profissão.

Esta obra é fundamental para leitura de pais e professores do ensino da rede pública que visam a formação humanística do cidadão.

No primeiro capítulo, o autor inicia o objeto do seu trabalho narrando a dificuldade de escrever sua obra e inicia a conjectura das ideias de suas memórias de infância perfilhando pela primeira narrativa a ser reconhecido pela origem do seu próprio nome contado por sua mãe, que se identifica como uma homenagem à Santo Raimundo, devido as dificuldades da gravidez dela.

O autor narra que nasceu em Sorocaba, mas que cresceu em Santarém do Estado do Pará, fato esse que determinou um crescimento e desenvolvimento numa cidade tipicamente católica.

Destaca-se que, quando ele era criança, era obrigado a ir à missa todos os domingos, com sua melhor roupa e que foi catequizado havendo uma profunda identificação dele com a religião.

No desenvolver do capítulo, o autor menciona a dificuldade de seus estudos acadêmicos, devido a falta de recursos financeiros de sua família, mas que aos sete anos foi matriculado em uma escola pública.

Nesse ínterim, a Escola Pública disponibilizava os ensinamentos básicos e os alunos eram obrigados a decorar as orações e o catecismo. Havia um ensino religioso proselitista, inclusive o autor relata que a professora de ensino religioso era a mesma que ministrava a catequese na igreja.

---

\* Pós-Graduado pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Advogado. Professor do SENAC - Rio de Janeiro.

No segundo grau, atual ensino médio, o autor se matriculou numa escola religiosa, em que relata os conflitos de uma vida católica e os percalços da sua adolescência. Logo após completar o ensino retro mencionado, o autor mudou-se para Belém e serviu à Força Aérea Brasileira, onde começou sua vida religiosa, cursando filosofia e teologia, mas não se tornou padre. Cursou direito e não se formou por questões financeiras, porém entrou no curso de pedagogia, no qual formou-se, o que serviu como arca bolso para implementar a conclusão do mestrado, em sua carreira de professor.

No segundo capítulo, o autor explana o objeto de sua pesquisa de doutorado, que intitula a referida obra. Ressalta as ressalvas de sua análise sobre o ensino religioso ao seu próprio olhar e reflexões. No âmbito da problematização, o autor descreve a história do ensino religioso no Brasil do tempo da colonização, políticas pombalinas, até a presente Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei n. 9394/96 e a constituição que preconiza o Estado Laico como ato de contextualização.

Como busca da resposta da problematização identificada na pesquisa de Castro, este traça o objetivo geral de sua tese no sentido da possibilidade de efetivação do Ensino Religioso nos parâmetros da obrigatoriedade e da facultatividade.

No âmbito dos objetivos específicos da problematização pesquisada por Castro, destaca-se a descrição histórica desta matéria/disciplina/atividade no Brasil do passado colonial aos dias atuais; mudanças curriculares na busca da sua legitimidade junto às crianças e aos jovens.

A importância da tese do autor se refere à construção do conhecimento em que se constata a possibilidade de formação de professores para ensino religioso, bem como teses e objetos de estudos do ensino religioso no Brasil.

No fim do capítulo, o autor informa a metodologia a ser utilizada no desenvolvimento de sua pesquisa teórico-empírica qualitativa, que se cunha na abordagem fenomenológica e da pesquisa narrativa (auto)biográfica.

No capítulo terceiro, é estabelecido o discurso narrativo da história do autor e o objeto de sua pesquisa. A fundamentação da metodologia de pesquisa do autor é implementada pela narrativa da sua história, sendo uma nova compreensão do mundo. Uma nova técnica de três elementos: história, discurso e significação. Sendo esta última,

a forma que ouvinte/leitor/espectador pode chegar à interpretação da inter-relação da história e do discurso.

Há nos escritos do capítulo em comento, que o amadurecimento da escolha da metodologia do fenômeno da narrativa se determina pela criação da tradição de passagem de experiência e não de criação de informações, esta que em total abundância acabam por determinar o declínio da narrativa.

Fato é que a narrativa trouxe em seu conteúdo histórico a riqueza da experiência. Ao narrar suas memórias o autor questiona o objeto do seu estudo com base nas suas experiências, criando o conhecimento da sua investigação.

No quarto capítulo, o autor discorre sobre a dissertação do seu mestrado no sentido de oficialização da disciplina do ensino religioso no currículo da escola pública brasileira. Narra o autor, que no período colonial existia uma preocupação da Igreja Católica para expansão da doutrina de fé, visando assim um aumento de fies pelas vias da educação.

Conclui o autor no respectivo capítulo, que os jesuítas fizeram o seu trabalho de perpetuar a fé católica, deixando as ordens religiosas responsável pela continuidade da doutrina cristã, que influenciaram os projetos educativos do ensinamento com base na moral oriunda da Igreja.

Ainda no Império, houve oficialização da primeira Escola de primeiras letras, advinda da Lei 15 de outubro de 1827. O que fez denotar que o ensino religioso é respaldado pelo texto legislativo, o que é determinado pela relação de entre o Estado e a Instituição Religiosa.

No período da República, o autor evidencia a separação do Estado e da Igreja Católica, sendo que esta possui suma importância para ministrar a educação sob a forma privada e dirigida aos filhos das elites.

Diante dessa conjectura, pode-se depreender que o ensino religioso era proselitista, doutrinário e catequético. A sociedade aceitava e comungava com o pacto social de se identificar com a religião cristã.

Com as reformas republicanas impulsionadas pelos ideais liberais, o autor identificou que a aula de religião foi suprimida do currículo escolares, fruto do Decreto n. 119-A, de 7 de janeiro de 1890 de autoria de Rui Barbosa.

Nessas linhas, o Estado por meios de suas legislações foram se alinhando sob o enfoque da laicidade, em que o ensino da educação deve ser executado na perspectiva leiga. Ocorre que a Igreja responsável pelo ensino dos elitistas realizou *lobby* para se manter nos currículos dos ensinamentos da educação, assim a Constituição de 1934 garantiu a permanência do ensino religioso na escola.

Posteriormente, o Igreja perdeu posição política e o ensino religioso passou a ser facultativo, resultado este que demonstra o embate entre católicos e liberais.

Esse embate no âmbito histórico consignou, que o ensino religioso deveria ser facultativo e não poderia ter ônus para os cofres públicos. Fato que trouxe a tona a perda de certa influencia da Igreja perante as decisões do Estado.

Por fim, em 1997 foi promulgada a alteração do art. 33 da LDB, em que permitiu o ensino religioso nas Escolas Públicas de forma facultativa e no horário escolar, bem como foi determinado os custos desses profissionais da educação subsidiadas pelo Estado.

A alteração legislativa mencionada pelo autor, ainda destacou que o ensino não pode ser proselitista, ou seja, deve ocorrer um ensino religiosos consubstanciado no Estado Laico.

No quinto capítulo da obra, o autor, por meio de sua pesquisa, remonta sua narrativa sob a perspectiva da construção e reconstrução de lembranças escolares de 11 (onze) professores, que atuaram na docência do Ensino Religioso em escolas públicas em Goiás.

A pesquisa do autor começa com a aproximação de sujeito-pesquisador o sujeito pesquisado, onde ele restou instigado a oferecer um curso de extensão universitária, na unidade de Itaberaí, com o tema: Aspectos históricos e marcos legais do Ensino Religioso no Brasil.

Trinta e cinco professores atenderam ao convite de realizar o curso de início, sendo que somente 15 deram continuidade e 20 alunas do Curso de Pedagogia aderiram. O autor começou sua pesquisa com a coleta de dados sobre a trajetória dos docentes, levando em consideração a presença do Ensino Religioso.

Nos registros da obra, os declarantes reagiram com certa negação sobre lembranças no período escolar deles, por ter vivenciado esse fato há longo tempo, mas alguns depois de dias retornaram com novos relatos sobre os questionamentos, retificando os depoimentos.

A técnica utilizada pelo autor foi determinante para que cada investigado pudesse narrar suas experiências. No ato de sua narração, escrita e leitura foi determinante para os investigados socializar os sentimentos que afloraram mediante lembranças, tornando um momento para todos que estavam participando de uma formação de experiências alheias.

Do resultado da pesquisa, o autor somente pôde ter como objeto 11 narrativas, por questões de autorização e entrega dos produtos narrados.

O autor utilizou como critério para apreender as experiências narradas sob o enfoque de 3 temas gerados: sobre autorretratos; sobre lembranças discentes e sobre experiências docentes. Assim iniciou a aproximação do sujeito-pesquisador ao sujeito-pesquisado.

Nas páginas 196 a 199, o autor elabora um quadro do produto da sua pesquisa de narrativas e demonstra uma visão panorâmica do resultado da investigação. No decorrer do desenvolvimento da investigação do objeto pesquisado do autor, este questiona: os conteúdos ministrados no ensino religioso; quem define os conteúdos; quais recursos didáticos e enfoque dado às aulas. Por fim, o autor narra sua percepção que os docentes exercem suas atividades com base prolongamento de suas lembranças, ou seja, onde somente existiria uma religião – cristã, mesmo possuindo entendimentos de concepções de religiosidades diversas.

No capítulo conclusivo da obra, Castro informa que sua conclusão não é um mero ato de por ponto final em sua obra, que seja uma verdade estanque e imutável, mas sim um percurso, em que ele declara que suspeitava que Ensino Religioso no Brasil nunca havia sido implementado, ainda que por obrigatoriedade, ou seja, reconhecida pelo Estado.

O autor defende a impossibilidade de extensão de um credo no âmbito das Escolas, denunciando assim o uso nas escolas de ensino religioso por práticas dogmáticas e doutrinas, em busca da verdade divina.

Analisa o pesquisador, que a LDB apresenta ambiguidades que precisam ser vencidas, pois há um entrelaçamento da religião e da educação como área de conhecimento para formação de um cidadão. Sendo que se deve adotar um modelo sem a presença da religião, mas com a presença do religioso.

Finalizando a obra, o autor propõe que a mudança desse paradigma deve ocorrer no âmbito da academia, com exclusão do preconceito, em identificar o ensino da religião com objeto de área de conhecimento.